

Este eixo pretende abordar questões que mobilizam os terapeutas ocupacionais entorno da discussão dos direitos humanos e dos direitos sociais de populações em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural. Busca debater os temas relacionados: políticas nacionais e locais, serviços e ações na Assistência Social, Cultura, Educação, Previdência Social, Segurança e Justiça; violências e violação de direitos destas populações; desenvolvimento local e comunitário, movimentos sociais. Discute a qualificação do profissional para os referidos temas e contextos.

Eixo 3 – direitos humanos e contextos sociais

A CONCEPÇÃO DE COORDENADORES QUANTO A VULNERABILIDADE SOCIAL DE ADOLESCENTES PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA SOCIOEDUCATIVO: SUBSÍDIOS PARA A TERAPIA OCUPACIONAL

GABRIELA BARZA LIRA, PATRÍCIA DA SILVA SANTOS, DANIELA TAVARES GONTIJO, VERA LUCIA DUTRA FACUNDES

Universidade Federal de Pernambuco- PE

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a adolescência trata-se de um período de transição entre a infância e a vida adulto, sendo correspondente ao período de 10 a 19 anos. Esta fase é caracterizada por um grande desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social. A adolescência é uma época de grandes transformações, as quais repercutem não só no indivíduo, mas em sua família e comunidade (FERREIRA, FARIAS, 2010). O adolescente torna-se vulnerável quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, família ou com seu círculo de relações (RIBEIRO; BOSSE, 2012). Entre as diferentes formas de vulnerabilidade, a vulnerabilidade social (VS) pode ser compreendida como uma condição social marcada pelo enfraquecimento ou fraqueza das relações dos sujeitos com os outros e no mundo do trabalho. Quando há um agravamento da escassez das relações sociais e da participação do indivíduo na sociedade, podendo essa ser de forma inconstante e aleatória, pode ocorrer uma situação de desfiliação social, os tornando em mais frágeis e sujeitos a sofrer danos psicológicos, emocionais e físicos (PESSALACIA, MENEZES, MASSUIA, 2010 ALVES, CHAVES, GONTIJO, 2012).

Os jovens são fonte de potencialidade, por ser uma condição dada à idade e vitalidade do mesmo, mas quando em situação de VS essa potencialidade pode ser diminuída, tornando-os inseguros, incertos e mais expostos a riscos. Este público é alvo de atenção da Política Nacional de Assistência Social (2004) no nível da proteção social básica, onde essa tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidade e o fortalecimento de vínculos (BRASIL, 2004). O terapeuta ocupacional se insere neste campo com ênfase na promoção da autonomia e identificação das potencialidades do sujeito, através do conhecimento da sua realidade, das suas necessidades e das maneiras pelas quais as pessoas compreendem o seu mundo e o seu cotidiano (ARAÚJO, OLIVEIRA, PATRÍCIO, 2011).

OBJETIVO

Descrever e analisar as concepções sobre vulnerabilidade social de coordenadores de um programa socioeducativo direcionados para adolescentes.

METÓDOS

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, realizado em Recife-PE. O estudo foi realizado com coordenadores do Programa Segundo Tempo, programa social desenvolvido pelo Ministério do Esporte em âmbito nacional. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 11 coordenadores do programa social e 13 monitores acadêmicos em educação física, onde essas foram gravadas e posteriormente transcritas. Os dados foram analisados pela técnica de análise do conteúdo com auxílio do software Atlas for Windows 7.0. A coleta de dados foi iniciada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo o projeto aprovado pelo CEP-UFPE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A categoria temática aborda a opinião dos participantes sobre o conceito de vulnerabilidade social, suas causas e consequências (FIGURA 1).

Figura 1 – Vulnerabilidade Social

Um grande número de entrevistados apresentou dificuldades em conceituar a vulnerabilidade social (VS), apresentando concepções que tem imbricados aspectos relacionados às manifestações, causas e consequências dessa. De uma forma geral, os participantes relacionaram a VS com a limitação ou o não acesso aos direitos sociais básicos concomitante com viver em uma situação econômica menos favorecida.

“Pra mim são aquelas pessoas que estão numa situação que passam necessidade.” (P10).

Também foi relatado que os adolescentes em situação de VS apresentam dificuldades em relação ao suporte social, especialmente o apoio familiar. Alguns entrevistados contaram que viver nesta situação é vivenciar a falta de afeto e reproduzir condutas vulnerabilizantes aprendidas dentro de casa, como por exemplo a adoção de atitudes violentas. Percebe-se nos relatos que a falta de estrutura ou subsídio familiar concretiza-se com o não acompanhamento dos pais aos adolescentes do projeto, o que se estende na relação entre eles no ambiente familiar.

“Aqueles crianças, que assim, aquelas crianças que são largadas, que são mal amadas, que são mal tratadas, primeiro pela família(...)” (Bila)

“Não quem mora na favela seja mais vulnerável, mas dependendo da situação social, muitas vezes você tá mais vulnerável a essas coisas.” (Bela)

“Eu entendo a situação de vulnerabilidade social a questão da estrutura, estrutura familiar, né? da criança. A questão que muitas crianças que ao longo desses três anos que eu trabalhei elas não tem aquela estrutura de pai e mãe acompanhar” (Debby)

Nesse sentido, os entrevistados apontaram diversas situações que caracterizam cenários de VS e risco social como a convivência com o tráfico de drogas e a violência doméstica.

“Eu considero vulnerabilidade social a questão do local onde o aluno da gente mora. Em relação à, seja perigo, em relação à facilidade, seja em relação a drogas, a violência, até mesmo familiar(...)” (Dago)

“É tipo o ambiente mais que eles tão, eles tão mais vulneráveis a várias coisas, as drogas e também pela questão social deles e o ambiente que eles estão inseridos.” (Sousa)

Como discutido na literatura, a VS trata-se de um assunto complexo, constituído por diferentes concepções e dimensões, por isso a grande dificuldade dos entrevistados em conceituar o tema. (MONTEIRO, 2011). A VS é vista como uma condição social marcada pela fraqueza das relações interpessoais e insuficiência ou inadequação de recursos materiais, como moradia, alimentação, saúde e educação, para o aproveitamento de oportunidades. Quando há um agravamento da escassez das relações sociais, a situação de VS pode aumentar, acarretando uma exclusão social, como consequência um rompimento dos laços sociais, os tornando mais frágeis e sujeitos a sofrer danos psicológicos, emocionais e físicos. O sujeito estará à margem da sociedade, onde se encontra “desfiliado” socialmente, como relatados pelos entrevistados. (RADO,

BONETI, 2009; PESSALACIA, MENEZES, MASSUIA, 2010; ALVES, CHAVES, GONTIJO, 2012).

Especificamente sobre as causas da VS, um pequeno número de entrevistados conseguiu apontá-las. Dentro dos que responderam, esses dizem que a condição social/econômica é o principal fator causal da vulnerabilidade social. *“Eu acho que a condição social. Eu acredito que gere, são mais vulneráveis. Eu acredito que, eu acho que mais a condição social mesmo termina levando a pessoa, não todo mundo (...), mas eu acredito que mais a condição social mesmo(...)”* (Bela) .

Quando questionados sobre possíveis consequências da VS no cotidiano dos adolescentes, os participantes relataram que é visto uma incessante busca em suprir as necessidades não fornecidas pelo suporte familiar.

“(...) vai procurar na rua o que não tem em casa né? Então vai atrás do maconeiro, vai atrás do traficante (...)” (Bila)

Outros relataram a violência, física e verbal como consequências de VS. Alguns entrevistados apontaram a existência de rivalidade entre uma comunidade e outra, e com isso, a interferência negativa na conduta dos adolescentes durante o programa. *“(...)são muito violentos, no começo, tavam muito violentos, é... tem aquela richa deles, assim, um ser de uma comunidade outro ser de outra.”* (Escola)

A dificuldade em relatar as causas e consequências da VS pode ser devido à complexidade do tema e de como conceituá-la, porém, alguns entrevistados conseguiram apontá-las. Entre as causas os entrevistados destacaram fatores comumente citados na literatura como pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, de vínculos relacionais e de pertencimento social (BRASIL, 2004; GONTIJO, MARQUES, ALVES, 2012).

Sobre as consequências trazidas pela situação de vulnerabilidade social, a violência teve um grande destaque no discurso dos entrevistados. A literatura mostra que a violência é relacionada como uma consequência indireta da VS, assim como, também é vista como uma manifestação da VS. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social são testemunhas de agressões, conflitos entre familiares e toda forma de violência, colocando em uma realidade que os expõe a séries de fatores de risco (FONSECA et al; GONTIJO, MARQUES, ALVES, 2012). A violência pode trazer muitas consequências na vida do adolescente, tanto na sua saúde física como na saúde emocional. Essas podem ser imediatas, de médio e longo prazo. Pode-se haver danos físicos extremos, como traumatismos e lesões, e psicológicos, como capacidade intelectual e vínculos afetivos. Na adolescência, por ser uma fase de descobertas e de reconhecimento de si mesmo, a punição corporal pode ser associada ao quadro de abuso de álcool e drogas, assim como depressão e tentativas de suicídio, que pode, ainda, piorar na fase adulta (MINAYO, 2001).

A falta de acesso aos direitos básicos de sobrevivência e as implicações nas condições de saúde são vistas como consequências da VS, portanto, a busca de suprir as necessidades existentes trazidas com consequências pelos participantes não necessariamente trata-se de uma consequência, mas sim de uma solução para resolver essa (GONTIJO, MARQUES, ALVES, 2012).

CONCLUSÃO

Conclui-se que alguns dados obtidos apresentam coesão com a literatura, mas acrescenta novas informações e novas ideias sobre os temas estudados, porém, foi visto a escassez de estudos sobre alguns assuntos, tornando necessário a maior busca sobre. As concepções dos entrevistados sobre VS foram diversas, apresentando coerência com a literatura. Foi visto alguns pontos que não existiam na literatura, sendo assim, torna-se necessário uma maior pesquisa sobre esses. Os coordenadores trouxeram situações vivenciadas no programa, assim como, comportamentos e condutas dos adolescentes participantes desse, sendo possível analisar o olhar e as manifestações da VS neste público. A grande dificuldade vista em conceituar o tema, devido a sua complexidade, visto nesse estudo, aponta um problema significativo, já que o programa estudado tem como foco atender adolescentes nesta situação, sendo assim, torna-se necessário instruir os profissionais implementados nesse para melhor atender as demandas e identificar os comportamentos relacionados a situação vivenciada. Assim como, instrui-los sobre o próprio comportamento esperado na adolescência e em que momento esse torna-se um agravamento da situação de VS.

A presente pesquisa apontou ainda, o potencial do desenvolvimento de parcerias da Terapia Ocupacional com outros setores e áreas de formação no sentido da construção e problematização de propostas de formação que possam contribuir para a efetividade das ações de inclusão social direcionadas para adolescentes

REFERÊNCIAS

ALVES, H. C; CHAVES, A. D; GONTIJO, D. T. “Uma andorinha só não faz verão”: a integração do educador físico na rede de suporte social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: discussões a partir de um curso de educação continuada. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 272-550, abr./jun. 2012.

ARAÚJO, L; OLIVEIRA, T; PATRÍCIO, T. Estudo sobre a prática da terapia ocupacional no sistema único de assistência social (SUAS) no município de Belém. *Revista do NUFFEN*, São Paulo, v; 3, n. 2, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília: MDS, 2004.

BOSSE, F. G. *Adolescência marcada por situações de vulnerabilidade e exclusão social*. 2012. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2012.

FERREIRA, T. H. S; FARIAS, M. A. Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n.2, p. 227-234, 2010.

FONSECA, F. F. SENA, R. K. R; SANTOS, R. L. A; DIAS, O.V; COSTA, S.M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013.

GONTIJO, D. T; MARQUES, E; ALVES, H. C. “Hoje na escola a gente está falando em vulnerabilidade”: contribuições da terapia ocupacional no processo de formação continuada de professores. *Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 255, 266, 2012.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 17, n. 2, p.29-40, 2011.

MINAYO, M. C. S; HARTZ, Z. M. A; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

PESSALACIA, J. D. R.; MENEZES, E. S.; MASSUIA, D. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. *Revista Bioethikos*, São Camilo, Rio de Janeiro. v. 4, n. 4, p. 423-430, out./dez. 2010.

RIBEIRO, A. M. B. *Qualidade de Vida e Risco Social: Estudo Comparativo com Alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico*. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2012.

RADO, S. C; BONETI, L. W. A juventude em condições de vulnerabilidade social e as políticas de acesso à educação. *IX Congresso Nacional de Educação – EDUCAERE/ III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*, Paraná, 2009.

VULNERABILIDADE E DESFILIAÇÃO SOCIAIS E A ATUAÇÃO NA PERSPECTIVA DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

MARILENE CALDERARO MUNGUBA, CÍNTIA DE OLIVEIRA CASTELO BRANCO
SALES

Universidade de Fortaleza - CE

INTRODUÇÃO

A compreensão dos conceitos de vulnerabilidade e desfiliação social, propostos por Castel, são fundamentos determinantes para a atuação do terapeuta ocupacional nos contextos sociais, que trata de empreender ações intersetoriais na busca da mediação do empoderamento e promoção do exercício pleno da cidadania. Na América Latina e, em especial, no Brasil, a demanda da contextualização social, histórica e cultural das ações terapêuticas ocupacionais se faz presente. Tradicionalmente no Brasil, a profissão estreitou laços com a reabilitação física e obteve reconhecimento científico em razão disto, no entanto, a partir da década de 80, o forte movimento de redemocratização, de fortalecimento de direitos e de espaço amplo ao exercício da cidadania, fez emergir uma releitura do homem e das práticas já consolidadas, especialmente no campo psicossocial (DE CARLO; BARTALOTTI, 2001).

Surge, portanto, uma terapia ocupacional social que, segundo Almeida et al (2011), visa à criação e o fortalecimento de redes sociais de apoio, emancipação e autonomia político-social de indivíduos e populações. Dentre as estratégias, inclui-se a construção de projetos comunitários e sociais que agregam diagnósticos situacionais, reivindicações, ações coordenadas entre sujeitos, setores da sociedade civil e da administração pública.

A atual formação acadêmica do terapeuta ocupacional não deve configurar-se com entrave para intervenções holísticas e complexas, a exemplo da que tratamos aqui, por isso, o curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Fortaleza prima pelo exercício de metodologias ativas em currículo integrado. O módulo Estratégias de Inclusão Social segue o mesmo entendimento dialético sobre o papel condutor do professor e a auto atividade do aluno. Farias et al. (2014) referem-se à ação pedagógica como prática social de emancipação humana, de formação do sujeito autônomo, capaz de refletir, questionar o fato posto e de buscar respostas as suas perguntas. Ressalta-se que é papel do professor mediador da aprendizagem, eleger os meios multissensoriais mais adequados ao grupo e para atingir os objetivos de aprendizagem propostos. Para Pimenta e Anastasiou (2005, p. 17), “no processo educativo, teoria e prática se associam e a educação é sempre prática intencionalizada pela teoria”.

OBJETIVOS

Apresentar a evolução da construção discente dos conceitos de vulnerabilidade e desfiliação social para contextualizar a atuação do terapeuta ocupacional no campo social.

METODOLOGIA

Trata-se de um Relato de Experiência (MINAYO, 2010) de atividades pedagógicas realizadas de agosto a dezembro de 2014, com 13 alunas matriculadas no Módulo Estratégias de Inclusão Social do curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Fortaleza – UNIFOR e uma estagiária cursando o Mestrado em Saúde Coletiva, programa da mesma universidade. O presente relato está vinculado às atividades do Grupo de Pesquisa “Educação nas Profissões da Saúde”, especificamente à linha “Processo ensino e aprendizagem nas profissões da saúde”.

A proposta didática do Módulo é a aplicação de metodologias ativas que são ferramentas de mediação que favorecem ao aluno utilizar as estratégias de aprendizagem desenvolvidas durante a sua vida acadêmica (MUNGUBA, 2014). Utilizou-se estratégias didáticas para a captação de conhecimentos prévios e aprofundamento técnico-científico da temática, por meio de exibição de filmes, elaboração de mapa conceitual, visita de campo com construção de mapas falantes, estratégias de Ensino propostas por Anastasiou e Alves (2007), Bordenave e Pereira (2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do conhecimento se deu considerando que o mediador do processo de ensinagem, sempre pactuadas.

[...] presença de negociação de responsabilidades sobre o processo de ensino e aprendizagem, como elo importante na construção do conhecimento; a busca pelo exercício da docência, considerando o ensino e a pesquisa em meio aos condicionantes, contradições e limitações a essa prática; e a sinalização de mobilização de competências nos professores e alunos, durante o exercício da prática docente observada (CRUZ et al, 2010, p.63).

A utilização das metodologias ativas baseou-se na premissa de que “Cada uma precisa ser aplicada segundo suas especificidades, demandas e perfil dos alunos, considerando a proposta da ação educativa. Promove a participação ativa das pessoas dispostas a aprender, e o uso de estratégias de aprendizagem mediando a autopercepção da aprendizagem” (MUNGUBA, 2010, p.296).

Evidenciou-se progressão do entendimento dos conceitos debatidos, que, inicialmente, reduzia a vulnerabilidade à condição de desprovimento de condições econômicas básicas à subsistência, isto é, à pobreza; e a desfiliação ao desmembramento do núcleo familiar, exemplificado na figura da pessoa em situação de rua. Posto isso, a

intervenção terapêutica ocupacional refletia-se nas políticas públicas destinadas a grupos específicos. No decurso do semestre, as metodologias ativas e o contato com situações reais agregaram temas afins às discussões, como: território, inclusão e exclusão social, violência, resiliência, fazendo reconhecer a proximidade com os conceitos de Castel.

O autor supracitado trata da marginalização como desdobramento da inadequação de processos sócio-relacionais e ocupacionais que envolvem o sujeito e seu meio. O ápice dessa desarmonia, conforme o autor, acarreta vulnerabilidade e desfiliação, e, por essa ótica, a pobreza, mesmo frente à relevância que lhe cabe, não pode ser considerada fator unicausal nos debates que se desdobram acerca do tema (CASTEL, 1997). Esta afirmação corrobora com o que expõem Carneiro e Veigas (2004) ao dizerem que riscos e vulnerabilidades emergem de uma multiplicidade de fatores interdependentes.

No contexto dos estudos sobre resiliência, a vulnerabilidade, nas palavras de Janczura (2012), é definida como as susceptibilidades pessoais que originam ou potencializam os efeitos dos estressores e impedem que o indivíduo responda de forma satisfatória ao estresse. Nesta perspectiva, a terapia ocupacional social, ciência e práxis, nas reflexões de Silvia et al (2014), orienta-se no viés da mediação entre o indivíduo, seus recursos materiais, relacionais e suas experiências, favorecendo percepção, coordenações de ações e emoções, tornando-o apto a provocar transformações que (re)estabeleçam equilíbrio interrelacional.

Uma vez atingido consenso com as teorias expostas, e com o aporte vivencial em ambiente real de atuação do terapeuta ocupacional, o território, a comunidade, ambientes conhecidos por meio de visitas de campo, as alunas da graduação repensaram as práticas profissionais, outrora rotuladas para indivíduos cuja vulnerabilidade era considerada “homogênea”, de grupos, e vinculada tradicionalmente a situações de saúde. Foi a partir do enfoque sócio-político-cultural do ser e do fazer humano que a percepção discente transcendeu as bases biomédicas e chegou à concepção de que o homem é produto e agente do meio, e que o seu desenvolvimento saudável é reflexo das boas relações estabelecidas entre ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se a eficácia da construção de conhecimento mediada por metodologias ativas, em especial por propiciar o desenvolvimento da autonomia na ação de aprender do aluno atrelada à auto percepção como ator nesse processo, em parceria com o mediador.

Frente à amplitude alcançada, percebeu-se a atuação do terapeuta ocupacional com o indivíduo, com a coletividade e com os setores sócio-político-educacionais e de saúde com vistas à efetiva transformação das condições de vida, do ambiente, do desempenho da autonomia e de papéis sociais emancipatórios e integradores.

Deste modo, ao perceberem-se terapeutas ocupacionais de indivíduos ou de coletividades as graduandas construíram estratégias tecidas em rede intersetorial de

intervenção. Este amadurecimento intelectual se constituiu a fonte para o reconhecimento do objetivo alcançado pelas atividades pedagógicas do Módulo de Estratégias de Inclusão Social descrito neste estudo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. C. et al. Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 351-360, 2011.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. *Processos de ensinagem na universidade*. 7.ed. Joinville: Univille, 2007.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Cad CRH*, Salvador. v. 26/27, p. 9-40, 1997.

CRUZ, M. S. et al. Organização da prática docente no ensino superior: possibilidades de construção de competências na articulação entre ensino-pesquisa. *Debates em Educação*, Maceió, v. 2, n. 4, p.38-64, jul./dez., 2010.

DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (Orgs.). Caminhos da terapia ocupacional. In: _____. *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Plexus, 2001. p.19-40.

FARIAS, I. M. S.; SALES, J. O. C. B.; BRAGA, M. M. S. C.; FRANÇA, M. S. L. *Didática e Docência – aprendendo a profissão*. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2014.
JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*. Porto Alegre. v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MUNGUBA, M. C. Metodologias ativas a serviço da formação do terapeuta ocupacional voltada para inclusão social. *Cadernos de Terapia Ocupacional, UFSCar*, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial. 02, p.493-502, 2014.

MUNGUBA, M. C. Educação na saúde - sobreposição de saberes ou interface? *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 23, n. 4, p. 295-296, out./dez., 2010.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. Do ensinar à ensinagem. In: _____. *Docência no ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.203-217.

SILVA, M. R. et al. A interação na construção do sujeito e da prática da terapia. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*, v. 25, n. 2, p. 111-118, 2014.

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL: REVISÃO DOS CONCEITOS CENTRAIS PARA A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO

*GISELLE ALMEIDA DE QUEIROZ, TATIANE DA SILVA, ANA CAROLINA SANTOS
DE SOUZA*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ

INTRODUÇÃO

A origem da Terapia Ocupacional no Campo Social é resultado de um processo histórico decorrente do surgimento de demandas profissionais que pudessem oferecer suporte para as expressões da questão social resultantes do funcionamento das sociedades capitalistas, que demandavam que este profissional ultrapassasse os limites da saúde e das instituições totais (BEZERRA; TRINDADE, 2013).

A partir da década de 70, no bojo do processo de redemocratização do país, os movimentos sociais impulsionaram os Terapeutas Ocupacionais a participarem de projetos sociais e se engajarem na luta na dimensão da cidadania em busca de direitos humanos, ampliação do acesso a serviços públicos e a desinstitucionalização. Essa aspiração por mudanças ocorreu devido à necessidade de se extravasar o conceito engessado de saúde-doença que estava presente nas instituições, principalmente, no campo da saúde mental (BARROS; GHIRARDI; LOPES; 2002).

O trabalho realizado já não alcançava todas as necessidades dos usuários, pois não se tratava apenas de cuidar da saúde e combater a doença, mas sim de ampliar o olhar, possibilitando ver que era possível sair daquele ambiente manicomial/asilar e ter uma vida fora dos muros da instituição. Com isso, houve o surgimento de demandas para as expressões da questão social, tornando-se imprescindível a ampliação dos saberes e ações voltadas para este tema, para que se tornasse possível a realização de um trabalho social com esta população (BARROS; GHIRARDI; LOPES; 2002).

Após os movimentos sociais das décadas de 70 e 80, foram criadas políticas básicas de assistência social, de proteção integral e garantia de direitos, que passaram a fazer parte do trabalho da Terapia Ocupacional. Com isso, ressaltou-se a relevância do aspecto político como demanda que deve ser parte integrante das tarefas diárias do trabalho em Terapia Ocupacional, sendo necessário o pensamento de políticas públicas, o conhecimento das leis específicas da população acompanhada, a construção de propostas e a atuação no âmbito público (MALFITANO, 2005).

Além disso, foi possível perceber que a atuação profissional está diretamente ligada ao processo histórico da realidade de uma sociedade capitalista, ou seja, a Terapia Ocupacional precisa ser vista como uma prática social em constante processo e que deve se adaptar as transformações da sociedade, e que na medida em que as necessidades sociais se modificam, a profissão precisa redefinir-se para corresponder às novas demandas (BEZERRA; TRINDADE, 2013).

OBJETIVO

Compreender o atual acúmulo de experiências e conhecimentos dos Terapeutas Ocupacionais no Campo Social, conhecendo alguns dos conceitos centrais para a constituição da Terapia Ocupacional Social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa. Os dados apresentados para elaboração desta revisão narrativa foram obtidos por meio da busca de artigos na Revista de Terapia Ocupacional da USP e no Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR. Para a realização desta busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: *terapia ocupacional social, terapia ocupacional/tendências, e cultura*. Foram encontrados no total quatrocentos e dez artigos (410), sendo cento e quatorze (114) dos Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR e duzentos e noventa e oito (298) da Revista de Terapia Ocupacional da USP. Para a construção da revisão narrativa foram selecionados do total encontrado vinte e nove (29) artigos, sendo vinte (20) da Revista de Terapia Ocupacional da USP e nove (09) dos Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR. Após a leitura desses vinte e nove artigos foi possível identificar seis (6) conceitos centrais para a constituição do campo social na Terapia Ocupacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro conceito que aqui chamaremos de *conceito chave* é o de (1) Desfiliação Social, de Robert Castel (1994). Tal conceito desmistifica a construção hegemônica acerca das questões ligadas a pobreza extrema, a carência, miséria e privação, sendo possível compreender que a pauperidade é consequência de um contínuo processo de rupturas nas participações e fracassos na formação de vínculos do sujeito.

Segundo Castel (1994), a estrutura e a inserção social devem ser analisadas a partir de *dois eixos*: o da relação de trabalho e o da inserção social. O recorte destes eixos circunscreve zonas diferentes de inserção social. A primeira é a *zona de integração* que compreende a garantia de trabalho estável e de suportes relacionais sólidos. A segunda é a zona de vulnerabilidade que se caracteriza pela precariedade do trabalho e fragilidade relacional, a terceira é a *zona de desfiliação*, que se configura pela ausência de trabalho e isolamento social, acarretando em uma dupla ruptura das redes de participação e sociabilidade, e a quarta é a *zona de assistência* que se caracteriza pela incapacidade para o trabalho com presença dos vínculos de sociabilidade.

A segunda ideia hegemonicamente compartilhada pela produção acadêmica dos Terapeutas Ocupacionais Sociais diz respeito à clareza do (2) *extravasamento do campo*

da saúde para a atuação nos contextos sociais. Os artigos pesquisados sustentam a noção de que a profissão extravasa a área da saúde, sendo também uma profissão habilitada para atuar nos contextos sociais, tendo as noções de vulnerabilidade e desfiliação social como norteadoras na construção do olhar sobre as possibilidades de inserção social dos sujeitos que se encontram em processo de ruptura e exclusão social. Após a reflexão de que a Terapia Ocupacional Social extravasa o campo da saúde, é possível compreender que a atuação profissional no campo social se dá a partir do (3) *conceito de território*, onde o Terapeuta Ocupacional Social necessita compreender a importância das ações territoriais junto a sua prática.

A noção de território demanda do terapeuta ocupacional social o entendimento de que há uma direta relação de significação/identificação do indivíduo com o local onde vive, se relaciona e escolhe para obter seu sustento. É no território que as verdadeiras representações de vida são expostas, sendo possível reconhecer as diferenças do cotidiano de cada indivíduo. Para a atuação nos contextos sociais, o terapeuta ocupacional deve procurar, na perspectiva deste campo, respeitar as diferentes formas de saberes, podendo utilizar-se das dificuldades como meio para criação de soluções conjuntas mediante as demandas apresentadas (MALFITANO; BIANCHI, 2013).

Tais ações mostram-se potentes no sentido da construção de espaços de pertencimento e de aproximação da realidade das pessoas, no encontro com as adversidades da vulnerabilidade social (BALDANI; CASTRO, 2007). Através das *ações territoriais* fica evidente que o sujeito e seu contexto são indissociáveis, fazendo-se necessário a utilização de estratégias em caráter singular.

Assim, é possível constatar que a noção de território implicará na reflexão sobre outro conceito chave para o trabalho da Terapia Ocupacional no Campo Social: (4) a *noção de alteridade*. Esta diz respeito à compreensão de que o homem, enquanto ser social, tem uma relação de interação e dependência com o outro. Por esse motivo, o "eu" na sua forma individual só pode existir através do contato com o "outro" (BARROS; GIRARDI; LOPES, 2002). Tal noção diz respeito à possibilidade de sustentar relações de encontro com o outro pelo que ele é, reconhecendo potência na diferença, e não pelo que ele pode vir a ser perante os desejos e expectativas hegemonicamente construídos. Este conceito é abordado nos artigos como imprescindível para a construção de um saber fazer na relação com os sujeitos, já que para a realização do trabalho neste campo é fundamental que se reconheça o outro como sujeito autônomo e principal ator deste processo.

Desta forma, mostra-se de extrema relevância que o terapeuta ocupacional conheça o bairro, as imediações, a moradia, os hábitos, as crenças, a relações sociais e os familiares, ou seja, tudo o que tece o cotidiano dos sujeitos e dos coletivos, para que seja possível a efetivação de uma ação coletiva focada nas demandas apresentadas (MALFITANO; BIANCHI, 2013). A valorização das demandas apresentadas também é de extrema importância para que seja possível o efetivo empoderamento desse sujeito (BARROS; GIRARDI; LOPES, 2002).

Outra noção importante para a construção do Campo Social na Terapia Ocupacional é a do (5) *lugar da arte como potência na mediação das relações e valorização das culturas e das experiências*. É possível identificar por meio da leitura dos artigos que a arte pode ocupar um lugar de facilitador para expressão da comunicação humana, sendo de grande relevância quando a linguagem comum não permite ao sujeito exteriorizar suas próprias angústias. Portanto, o *fazer artístico* viabiliza a criação de novos sentidos e significados para as experiências vividas e para as experiências que se almeja acessar.

A (6) *construção de redes sociais* de suporte e garantia de direitos é outra noção importante abordada nos artigos estudados. A partir desta noção, para proporcionar a garantia de direitos das populações acompanhadas, o terapeuta ocupacional deve favorecer a organização do coletivo objetivando a construção da cidadania plena. Por meio da cidadania, é possível ultrapassar a noção jurídica dos direitos consagrados em lei e intervir no alvo pretendido a fim de conquistar o que se considera como direito. É necessário reconhecer o outro como interlocutor e participante ativo do processo, sendo por meio do desenvolvimento de projetos ou por intervenções calcadas nos conceitos de autonomia, cidadania e direito, possibilitando desta forma o alcance dos desejos e necessidades do sujeito. Segundo Rocha (2006) a construção das redes sociais de suporte pode se dar através dos equipamentos de educação, saúde, cultura e lazer da comunidade a qual o sujeito pertence, respeitando-se assim suas cartografias.

CONCLUSÃO

Em síntese, as autoras e os autores têm compreendido que o Terapeuta Ocupacional Social deve procurar favorecer a organização do coletivo proporcionando a construção da cidadania plena, pois a atuação neste campo só acontece a partir do momento em que se reconhece o outro como protagonista, interlocutor e participante ativo de todo o processo. Para os autores e autoras, ao Terapeuta Ocupacional Social cabe construir coletivamente projetos e ações que tenham a autonomia, direito e cidadania como norteadores das práticas, que podem ser na relação individual e também junto aos coletivos, devendo facilitar o alcance dos desejos e necessidades dentro do repertório dos sujeitos.

REREFERÊNCIAS:

BALDANI, A.C.; CASTRO, E.D. Construindo espaços de habitar: ações de terapia ocupacional com uma criança em situação de risco social. Rev.Ter.Ocup.USP, São Paulo, v.18,n.1, p. 1-10, jan./abri.,2007.

BARROS, D.D.; GHIRARDI, M.I.G.; LOPES, R.E. Terapia Ocupacional Social. Rev.Ter. Ocup.USP, São Paulo,v.13,n.3,p.95-103,set./dez., 2002.

BEZERRA, W.C.; TRINDADE, R.L.P. A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista

e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. *Cad.Ter. Ocup.UFSCar*, São Carlos, v.21, n.2,p.429- 437,2013.

CASTEL, ROBERT. Da indulgência à exclusão, a desfiliação, a precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. *Saúde Loucura* 4. São Paulo:Hucitec. 1ª ed, 1994.

MALFITANO, A.P.S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. *Rev.Ter. Ocup. USP*, v.16,n.1, p.1-8, jan./abr.,2005.

MALFITANO, A.P.S.; BIANCHI, P.C. Terapia ocupacional e atuação em contextos de vulnerabilidade social: distinções e proximidades entre a área social e o campo de atenção básica em saúde. *Cad. Ter. Ocup.UFSCar*,São Carlos, v.21,n.3, p.563-574,2013.

ROCHA, P.R. Estação cidadania – uma experiência no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco. *Rev.Ter.Ocup.USP*, São Carlos, v.17, n.1, p.37-41, jan./abr.,2006.

A PERSPECTIVA DOS RECORTES POPULACIONAIS COMO NORTEADORA PARA A ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NO CAMPO SOCIAL

TATIANE DA SILVA, GISELLE ALMEIDA DE QUEIROZ, ANA CAROLINA SANTOS DE SOUZA

Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ-RJ

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o campo da Assistência Social vem sendo reconhecido e legitimado pela Terapia Ocupacional, que tem como grandes potências a utilização das atividades como instrumento de mediação sócio ocupacional, o desenvolvimento de estratégias de pertencimento sociocultural, econômico e de organizações e projetos da vida cotidiana.

Essas características inerentes da atuação do terapeuta ocupacional que atua no campo social têm como objetivo o fortalecimento das redes de suporte social, das trocas afetivas, econômicas e de informações nas quais os sujeitos em situações de vulnerabilidade social encontram-se em relação a outras pessoas, famílias e grupos sociais.

A origem da Terapia Ocupacional no Campo Social é resultado de um processo histórico decorrente do surgimento de demandas profissionais que pudessem oferecer suporte para as expressões da questão social resultantes do funcionamento das sociedades capitalistas, que demandavam que este profissional ultrapassasse os limites da saúde e das instituições totais (BEZERRA; TRINDADE, 2013).

A partir da década de 70, no bojo do processo de redemocratização do país, os movimentos sociais impulsionaram os Terapeutas Ocupacionais a participarem de projetos sociais e se engajarem na luta na dimensão da cidadania em busca de direitos humanos, ampliação do acesso a serviços públicos e a desinstitucionalização. Essa aspiração por mudanças ocorreu devido à necessidade de se extravasar o conceito engessado de saúde-doença que estava presente nas instituições, principalmente, no campo da saúde mental (BARROS; GHIRARDI; LOPES; 2002).

O trabalho realizado já não alcançava todas as necessidades dos usuários, não se tratava de apenas cuidar da saúde e combater a doença, ampliou-se o olhar possibilitando ver que era possível sair daquele ambiente manicomial e ter uma vida fora dos muros da instituição. Com isso, houve o surgimento demandas para as questões sociais, tornando-se imprescindível a ampliação dos saberes e ações voltadas para este tema, para que se tornasse possível a realização de um trabalho social com esta população. (BARROS; GHIRARDI; LOPES; 2002).

Após os movimentos sociais das décadas de 70 e 80, foram criadas políticas básicas de assistência social, de proteção integral e garantia de direitos, que passaram a fazer parte do trabalho da Terapia Ocupacional. Com isso, ressaltou-se a relevância do aspecto político como demanda que deve ser parte integrante das tarefas diárias do trabalho em Terapia Ocupacional, sendo necessário o pensamento de políticas públicas, o conhecimento das leis específicas da população acompanhada, a construção de propostas e a atuação no âmbito público (MALFITANO, 2005).

Além disso, foi possível perceber a necessidade de que o terapeuta ocupacional tivesse clareza de que a sua atuação profissional está diretamente ligada ao processo histórico da realidade de uma sociedade capitalista, ou seja, a Terapia Ocupacional precisa ser vista como uma prática social em constante processo e que deve se adaptar as transformações da sociedade, e que na medida em que as necessidades sociais se modificam, a profissão precisa redefinir-se para corresponder às novas demandas (BEZERRA; TRINDADE, 2013).

OBJETIVO

Conhecer os recortes populacionais nos quais têm se concentrado as ações da Terapia Ocupacional no Campo Social, compreendendo assim parte do acúmulo de experiências e conhecimentos de trabalhadores neste campo.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo de Revisão Narrativa. Os dados apresentados foram obtidos através de busca de artigos na Revista de Terapia Ocupacional da USP e no Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR. Para a busca foram utilizadas as palavras-chave: terapia ocupacional social, terapia ocupacional/tendências, e cultura.

Foram encontrados no total quatrocentos e dez artigos, sendo cento e quatorze dos Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR e duzentos e noventa e oito da Revista de Terapia Ocupacional da USP. Para a construção da revisão narrativa foram selecionados do total encontrado vinte e nove artigos, sendo vinte da Revista de Terapia Ocupacional da USP e nove dos Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR. Após a leitura desses artigos foi possível capturar as particularidades e peculiaridades de atuação da Terapia Ocupacional no campo social sob uma perspectiva dos recortes populacionais assistidos nos quais têm se concentrado as ações da Terapia Ocupacional no campo Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma grande categoria capturada na análise dos artigos diz respeito a percepção, na produção acadêmica dos terapeutas ocupacionais sociais, de atuação junto a recortes

populacionais, ou seja, os trabalhadores têm relatado experiências junto a populações com recortes mais ou menos específicos.

O primeiro recorte populacional capturado é o (1) grupo de crianças e adolescentes. As produções apontam que a atuação ocorre no sentido da prevenção da violência, do combate ao trabalho infantil, junto a crianças e adolescentes em situação de rua, em situação de institucionalização, em situação de conflito com a lei e situação de risco social por conflitos familiares ou extrema pobreza.

Nestes casos os terapeutas ocupacionais apontam que o acolhimento e o cuidado são fundamentais para a construção do vínculo com a criança ou adolescente, para então apreender a situação atual de vida, sua história pessoal e familiar permitindo que se tenha uma ação através do reconhecimento e compreensão do cotidiano e da história ocupacional dos sujeitos e famílias garantindo seus direitos e visando a melhoria da qualidade de suas vidas (ROCHA, 2006).

Para isso a literatura aponta para a importância de intervenção direta com a família e na comunidade através da rede social de suporte utilizando a atividade como mediadora sócio ocupacional. Porém, integrar os pais às atividades requer um equilíbrio entre possibilitar manutenção dos laços e o estabelecimento de vínculos mais saudáveis (GALHEIGO, 2003).

A partir disso é necessário ressaltar a singularidade do indivíduo por meio de atividades significativas, com destaque para atividades expressivas de ação e movimento, de livre expressão de ideias possibilitando a reflexão, a discussão e criação de soluções para os conflitos e problemas existentes, a fim de auxiliar o sujeito e a coletividade a reconhecerem e compreenderem os conflitos cotidianos significando o fazer e o pensar, para fortalecer a trama social (CORTES; GONJITO; ALVES, 2011). Portanto, é fundamental evidenciar as potencialidades do sujeito através de atividades lúdicas, artísticas e corporais, buscando oferecer oportunidade de desenvolver seus potenciais criativo, artístico e intelectual, ampliando suas relações pessoais e suas essências culturais (BALDANI; CASTRO, 2007). Para isto, deve haver a compreensão da faixa etária entendendo estes como sujeitos cidadãos inseridos no contexto social, mas numa perspectiva de curso de vida em detrimento da noção de ciclo de vida (CORTES; GONJITO; ALVES, 2011).

O segundo recorte populacional capturado na análise dos artigos é o trabalho junto ao (2) público adulto. A produção acadêmica no campo da Terapia Ocupacional Social tem mostrado que as ações se concentram direcionadas às pessoas que se encontram em situação de rua e junto às pessoas em situação de cárcere. Portanto ao iniciar o trabalho com estas populações se faz necessário o estabelecimento de relações de confiança, através da escuta, aproximação do indivíduo e presença constante para que o vínculo não seja perdido ou enfraquecido a fim de evitar perdas neste processo. Neste caso o trabalho será voltado para a autovalorização do sujeito e produção de sentido pessoal e social, visando a organização e garantia de possibilidades de vivências cidadãs através do acesso aos serviços e a plena participação social (GALVANI; et al, 2006).

Para isso um recurso muito utilizado pelos trabalhadores são as oficinas com atividades em grupo que criam oportunidades dos indivíduos de experimentarem, criarem, aprenderem, ensinarem e compartilharem novos fazeres e experiências, possibilitando, assim, o reconhecimento e o empoderamento de cada sujeito como participante ativo e produtivo. Tal espaço de convivência cria e fortalece as redes relacionais, pertencimento social e oportunidades de emancipação pessoal (CASTRO et al, 2011).

Já com a (3) população idosa a principal frente de trabalho está na reinserção e pertencimento social e empoderamento do sujeito. Visando restaurar a afetividade, a valorização de si mesmo, a autoconfiança, estimular o retorno à atividade produtiva a fim de ampliar e proporcionar uma sensação de pertencimento, de fazer parte de um grupo.

A partir da socialização busca-se a formação de amizades e vínculos afetivos, elaboração de novos projetos de vida para uma autossatisfação e para o aproveitamento e empoderamento de suas potencialidades. Através do desenvolvimento de habilidades musicais, teatrais, artes plásticas, dança, entre outras atividades corporais (FERRIGNO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os artigos utilizados nesta revisão abordaram a caracterização do Campo Social na Terapia Ocupacional. A produção acadêmica da Terapia Ocupacional no campo social tem apontado para a consolidação da atuação profissional no extravasamento do campo da saúde. As autoras e os autores concordam que a atuação só acontece a partir do momento em que se reconhece o outro como protagonista, interlocutor e participante ativo de todo o processo.

Os trabalhadores vêm construindo processos de acompanhamento junto às populações que passam por processos de fragilização e rupturas das relações sociais e têm dificuldade de acesso aos direitos básicos de construção de cidadania.

REFERÊNCIAS

BALDANI, A. C.; CASTRO, E. D. Construindo espaços de habitar: ações de terapia ocupacional com uma criança em situação de risco social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2007.

BARROS, D. D.; GHIRARD, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.

BEZERRA, W. C.; TRINDADE, R. L. P. A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 429-437, 2013.

CASTRO, E. D.; SAITO, C. M.; DRUMOND F. V. F.; LIMA, L. J. C. Ateliês de corpo e arte: inventividade, produção estética e participação sociocultural. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 254-262, 2011.

CÔRTEZ, C.; GONTIJO, D. T.; ALVES, H. C. Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 22, n. 3 p. 208-215, 2011.

FERRIGNO, J. C. Trabalho social com idosos. Apresentação da experiência pioneira do SESC na área do lazer e da cultura. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v.14, n. 1, p. 23-31, 2006.

GALHEIGO, S. M. O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 85-94, 2003.

GALVANI, D.; BARROS, D. D.; SATO, M. T.; REIS, T. A. M.; ALMEIDA, M. C. Perfil dos frequentadores da casa de convivência e centro de serviços Associação Minha Rua Minha Casa entre 2002 e 2003. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 48-56, 2006.

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005.

ROCHA, P. R. Estação cidadania – uma experiência no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 37-41, 2006.

DISCUTINDO SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA ATRAVÉS DO BRINCAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*ABIDA AMOGLIA RODRIGUES, ANA CLARA HOLANDA DO NASCIMENTO, ANAILE
SILVA MOURA*

JOSIANNE DE ALMEIDA DIAS

Universidade do Estado do Pará-PA

INTRODUÇÃO

A criança e o adolescente são considerados, por lei, como indivíduos detentores de direitos. Assim, diversas legislações e seguimentos da sociedade lutaram para que tais direitos possam ser assegurados a fim de garantir a proteção integral ao seu pleno desenvolvimento físico, emocional, social e cultural (BRASIL, 1990).

Neste âmbito, a principal conquista alcançada foi a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), instituído pela lei nº 8.069, no qual são estabelecidos os direitos da criança e do adolescente, dentre os quais estão incluídas a garantia à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. Neste sentido, é atribuída à família a responsabilidade de tratar com dignidade e respeito suas crianças; à sociedade o dever de denunciar casos de violação dos direitos que devem ser assegurados pelo Estado (MIÃO, 2010).

No que se refere aos direitos sociais do indivíduo, conforme descritos no art. 6º da Constituição Federal de 1988, é garantido a todo indivíduo condições favoráveis para sua formação integral, “tornando-o conhecedor de seu papel como cidadão e capaz de exercer seus direitos e deveres ao longo de sua vida” (MIÃO, 2010, p. 51). Neste sentido, a fim de prevenir a ocorrência de situações que promovam riscos aos indivíduos, famílias, comunidades e seguimentos sociais, tem-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), caracterizado como uma unidade pública que dispõe de serviços de proteção social básica de assistência social como forma de auxílio a estes sujeitos, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2005).

Dentre os serviços ofertados pelo CRAS encontra-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizado em grupos de acordo com o seu ciclo de vida. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Ademais, considera-se que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Terapia Ocupacional se configura como uma profissão que pode integrar as equipes de referência, direcionando suas ações e projetos para a construção de espaços de troca e de convivência, buscando o estabelecimento de uma cultura de respeito, acolhimento e tolerância à diversidade, com o objetivo de promoção da cidadania e melhoria na qualidade de vida, respeitando as particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos grupos sociais assistidos (ALMEIDA et al., 2012).

Neste contexto, apropriando-se das atividades cotidianas da faixa etária em questão, segundo os princípios e fundamentos da Terapia Ocupacional, utiliza-se do Brincar como instrumento de intervenção, o qual, além de ser um direito básico da criança e do adolescente, se constitui como uma ferramenta fundamental para o seu desenvolvimento biopsicossocial, permitindo o criar, explorar e interagir com o outro, vivenciando experiências de socialização e aprendizado (OLIVEIRA, 2003).

OBJETIVO

Expor a experiência de acadêmicas de Terapia Ocupacional junto a um grupo de crianças de 7 a 11 anos cadastradas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Belém-Pa.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciado durante o estágio supervisionado em Terapia Ocupacional realizado em um CRAS em Belém- PA. As atividades ocorreram no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com crianças de 7 a 11 anos.

Segundo o Ministério do desenvolvimento Social, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realiza grupos com a finalidade de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social, favorece trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, 2013).

Foram realizados 3 encontros grupais no período de Fevereiro a Março de 2015 com duração de aproximadamente 2 horas e participação de aproximadamente 8 crianças. O grupo teve como foco a conscientização dos direitos à educação, saúde e convivência familiar e comunitária utilizando o brincar como principal instrumento de intervenção. Deste modo, as atividades buscaram favorecer um espaço para o convívio comunitário e social, proporcionar o desenvolvimento das relações interpessoais, fortalecer respeito, solidariedade e respeito mútuo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos atendimentos realizados no serviço foram refletidos temas como a importância do respeito às diferenças dentro e fora da escola, o despertar para consciência ambiental associado ao direito à saúde, e a um novo olhar sobre o cuidado com o outro.

O primeiro encontro desenvolvido teve como temática o direito à educação, bem como atitudes para a boa convivência neste espaço. Para tanto, foram realizadas quatro dinâmicas, estas objetivavam: promover a interação entre crianças do mesmo ciclo

etário; despertar a consciência sobre o direito a educação e incitar a reflexão sobre as atitudes de respeito às diferenças para uma boa convivência na escola.

No decorrer da primeira atividade, destinada a uma apresentação simples com bola, onde cada integrante do grupo deveria dizer seu nome e algo que representasse uma característica ou predileção, foi possível conhecer suas preferências e peculiaridades. Pôde-se perceber ainda que já existia um vínculo pré-estabelecido entre as crianças, construído a partir de vivências anteriores, seja no grupo de convivência do CRAS, igreja ou residências próximas.

A segunda atividade consistia na montagem de quebra cabeça com imagens relacionadas ao “respeito na escola”, seguido por um diálogo sobre o tema. Nesta, foi possível criar um espaço propício à troca de experiências, onde todos os participantes puderam compartilhar atitudes assumidas no ambiente escolar, apontando, sobretudo, que a violência neste contexto faz-se constantemente presente, sendo estas advindas de situações onde o desrespeito mostra-se predominante. Deste modo, o grupo enfatizou que é necessário identificar a diversidade de pessoas existente neste ambiente e tratá-las com todo o respeito, independente de sua condição. A harmonia, amizade e amor são protagonistas neste cenário, envolvendo não apenas os alunos, mas também os professores e as pessoas que participam deste meio.

No decorrer do diálogo surgiram relatos que adentravam o ambiente familiar, como foi exposto por uma das crianças relatando ter um pai agressivo frente a situações de desobediência de seu irmão mais novo, devendo, então, assumir uma posição de conciliadora a fim de evitar consequências negativas.

Na terceira atividade os participantes, juntamente com as estagiárias, foram subdivididos em dois grupos e a cada um destes foi ensinado um movimento corporal com uma sonoridade específica. Contudo, era necessário que cada grupo soubesse ouvir e respeitar a vez do outro para realizar seu movimento a fim de que, assim, fosse produzida uma melodia corporal. A dinâmica em questão ocorreu de forma eficiente, sendo evidenciado que saber esperar o tempo do outro é fundamental para a boa convivência no ambiente escolar.

No segundo encontro, o que se voltou para o tema saúde, a primeira atividade realizada teve como objetivos: Possibilitar a comunicação e o relacionamento interpessoal; Favorecer a compreensão e reflexão sobre os direitos e deveres da criança no campo da saúde. Para isso foi então distribuído para cada criança a metade de uma imagem, após instruções das estagiárias os usuários deveriam circular pela sala a fim de encontrar a pessoa que esteja com a metade de sua imagem. Ao final, foi solicitado que cada uma das crianças relatasse sobre o que representa a imagem já montada.

Uma das imagens a ser formada foi sobre objetos necessários para o banho. As crianças relataram como tomavam banho, e a sua importância para não adoecer, da relevância em não gastar muita água para tal atividade, usando apenas o indispensável. Vale salientar também que foi discutido durante esta atividade sobre o cuidado com o lixo, o qual deve ser jogado no lixeiro, além de poder ser reciclado, sendo fonte de renda para muitas pessoas bem como comportamento de consciência e preservação ambiental. Desta maneira foi discutida a relevância em realizar a coleta seletiva.

Na segunda atividade foram confeccionados dois instrumentos musicais a partir da reutilização de materiais do dia a dia, como o chocalho de garrafa pet e tambor de lata de leite. Cada participante escolheu o instrumento que desejava confeccionar e posteriormente foi orientado pelas facilitadoras quanto a sua construção. Esta atividade obteve como objetivos: Fortalecer a interação entre crianças do mesmo ciclo etário;

Despertar a consciência ambiental associando-a ao direito a saúde; Criar um espaço de reflexão sobre as atitudes para com o meio ambiente. As crianças puderam usar sua criatividade de maneira livre. Além disso, puderam também trabalhar sua tolerância em esperar sua vez para utilização dos materiais disponíveis para enfeitar seus instrumentos.

A terceira atividade do dia foi denominada Saúde e Batuque, a qual requeria um ambiente onde as crianças pudessem se organizar em roda. Com os instrumentos musicais reciclados, feitos por elas mesmas, a coordenador ensinou-as a batuca-los no ritmo da música “Lavar as mãos”, de autoria de Arnaldo Antunes. Os objetivos desta atividade eram: Oportunizar o conhecimento e vivência sobre as propriedades da linguagem musical como processo contínuo de construção de conhecimento e favorecer através do fazer musical veículo de reflexão e aprendizado aos cuidados com o corpo, mais precisamente higiene com as mãos, correlacionando com suas vidas.

Antes de se iniciar o batuque as crianças leram e cantaram a música enquanto esta soava na sala, com o intuito de se apropriarem do que a música estava retratando, uma vez que esta falava sobre saúde. Ao final da “batucada”. Todos se deram as mãos para refletir o que estas mãos que fizeram som para dar brilho à música, também eram mãos que serviam para abraçar, ofertar carinho, ajudar o próximo, amar e brincar. Atitude esta que promove o fortalecimento do respeito, a solidariedade e vínculos comunitários.

No terceiro encontro foi realizado um circuito, nesta atividade uma criança ficou vendada e deveria circular pela sala para pegar canetas que estavam dispostas pela sala enquanto outra criança deveria guiar a criança vendada, devido a quantidade de crianças as estagiárias também participaram. No decorrer da atividade foi explicada a noção de direita e esquerda, para facilitar a orientação repassada à criança vendada. Observou-se que apesar das instruções repassadas uma das crianças não demonstrou o cuidado necessário para que a criança que estava vendada não se machucasse necessitando que diversas vezes as estagiárias intervissem auxiliando a condução da criança. Deste modo, a atividade possibilitou que os participantes pudessem perceber a importância do cuidado nas relações interpessoais.

Em cada atendimento, através do uso de imagens, cola, caneta hidrocor, papéis, giz de cera, lápis de cor e tintas coloridas todos puderam expressar o que aprenderam no dia, expressando-se em cada lado do dado, sobre o ambiente escolar, como cuidar da comunidade e da saúde respectivamente. Frases foram escritas e expressadas como: “respeitar o próximo”, “lavar as mãos”, “tomar banho”, “dar carinho”, “jogar lixo no lixo para não poluir o mundo”, “cuidar de si, do amigo, dos irmãos e dos familiares”. Cada dia oportunizou mais acesso às informações sobre seus direitos e participação cidadã, estimulando o protagonismo dos usuários. Nesta, o trabalho em equipe pode ser

estimulado e observado através do compartilhamento de materiais e auxílio mútuo para a construção do trabalho.

Ao término das atividades as crianças apontaram o grupo sob uma perspectiva positiva, relatando ter gostado das dinâmicas propostas e os temas abordados. Somando-se a isto, pôde-se perceber que a proposta de um ambiente acolhedor e propício à expressividade e construção de vínculos sociais pode ser efetivada de forma satisfatória, haja vista a grande interação obtida por parte das crianças.

Como desdobramento das atividades, registra-se essa experiência como aspecto de extrema relevância para construção de novos olhares sobre a Terapia Ocupacional. Esta no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se configura como uma profissão busca a construção de uma cultura de respeito, acolhimento e tolerância à diversidade das manifestações humanas, com o objetivo de promoção do resgate e exercício da cidadania e melhoria na qualidade de vida, respeitando as necessidades de estruturação e composição dos serviços a partir das particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte (ALMEIDA et al., 2012).

Neste contexto, apropriando-se das atividades cotidianas da referida faixa etária, segundo os princípios e fundamentos da Terapia Ocupacional, utilizou-se do Brincar como instrumento de intervenção, o qual, além de ser um direito básico da criança e do adolescente, se constitui como uma ferramenta fundamental para o seu desenvolvimento biopsicossocial, permitindo o criar, explorar e interagir com o outro, vivenciando situações e estabelecendo contatos que aproximem cada vez mais o viver em sociedade. Deste modo, lançando mão de atividades significativas para o grupo, foi perceptível a grande motivação e engajamento para a realização das atividades.

CONCLUSÃO

As atividades além de buscarem fortalecer as relações interpessoais tiveram por objetivo abordar questões referentes ao sujeito. Assim, através da convivência com o outro foi possível que as crianças experimentassem de forma lúdica as ideias de cuidado e respeito consigo e posteriormente com o próximo.

Observou-se que a estratégia adotada foi eficaz, visto que as crianças participaram mais do processo, interagiram mais em grupo, prestaram mais atenção, compreenderam a proposta e demonstraram satisfação as atividades desenvolvidas. Sendo assim, destaca-se o brincar como meio para alcançar o desenvolvimento afetivo e social, estimulando habilidades de respeito e solidariedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. et al. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional

825

Anais do XIV Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional/2015. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro; ATOERJ, 2016.

na Assistência Social: alguns marcos e desafios. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 20, n.1, p. 33-41, 2012.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009-Reimpressão. Brasília: MDS/CNAS, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 26 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de Orientação Técnica – Suas Nº 1 Proteção Social Básica De Assistência Social. Brasília: MDS/CNAS, 2005. Disponível em <http://www.pg.pr.gov.br/cmas/wp-content/uploads/2011/07/guia_orientacao_tecnica.pdf>. Acesso em: 22 setembro 2015.

MIÃO, J.R. A Integral Aplicabilidade Do Estatuto Da Criança E Do Adolescente – ECA. Manual dos Direitos do Cidadão, 2010. Disponível em: <http://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/pdf/aplicabilidade_estatuto_crianca.pdf>. Acesso em: 22 Setembro 2015.

OLIVEIRA, A.A.C. A Linguagem Corporal Da Criança E O Aprendizado: O Brincar Subestimado. Anais [VII EnFEFE - Encontro Fluminense de Educação Física Escolar](#), Niterói, 2005.

HISTÓRIA DE VIDA DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM SOB O OLHAR DO TERAPEUTA OCUPACIONAL

ANA CINDY DE SOUZA FONTELES, JÉSSICA RAQUEL DE SOUZA MARQUES, BRENDA JULY MACHADO SILVA, ANA CLÉA VERAS CAMURÇA VIEIRA, MARILENE CALDERARO MUNGUBA

INTRODUÇÃO

A educação é considerada como fonte de mudanças sociais seja no mundo do trabalho, na sociedade e no próprio convívio com o outro, vem daí a importância de se utilizar as histórias de vida dos alunos como instrumento teórico e metodológico, para o aprendizado já que o acesso à educação contribui para democratização e para o direito de exercer a cidadania dos indivíduos além de despertar a consciência no indivíduo sobre sua realidade social em que vivem.

As crianças que estudam em escolas da rede pública enfrentam um contexto diferente, muitas vezes de privações de elementos necessários ao desenvolvimento infantil e acarreta implicações a aprendizagem, mesmo porque já se encontram em situações de vulnerabilidade social, expostas a riscos, dentre eles a violência intrafamiliar e na comunidade. Importante salientar que:

[...] a situação de risco na infância vincula-se a fatores que ameaçam ou causam efetivo dano à integridade física, psicológica ou moral da criança ou adolescente, em consequência da ação ou omissão de diversos agentes, tais como a família, outros grupos sociais ou o próprio Estado (HILLESHEIM; CRUZ, 2007, p.195).

Neste estudo entende o conceito de vulnerabilidade social, conforme Abramovay (2002), como a situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. A vulnerabilidade não se relaciona apenas com dificuldades econômicas, mas também com as diferenças de raça, etnia, sexualidade, entre outros. Também está ligada às dificuldades de acesso a vários serviços, como a saúde e a educação.

A Terapia Ocupacional, segundo Malfitano (2013), é uma profissão que atua na área da saúde, trabalho, educação e social e que há pontos de congruência e diferenciações entre todas as intervenções no campo social e na atenção básica em saúde.

A intervenção da Terapia Ocupacional na educação é caracterizada pela interdisciplinaridade e o seu objeto é o sujeito coletivo, ou seja, os educadores, os estudantes com ou sem deficiência, a escola, a família e a comunidade. Assim, o foco não é apenas a incapacidade do indivíduo, mas as potencialidades e as situações que provocam alguma dificuldade no processo ensino-aprendizagem.

Ao se pensar em educação é necessário ressaltar a relação entre escola, família e grupo social. A maneira como jovens e pais relacionam-se não reflete somente no

comportamento cotidiano e na vida de ambos o comportamento é repetido na escola também. Assim a proximidade ou distância, o diálogo, a presença ou ausência dos pais, a proibição ou a permissividade são fatores que influenciam diretamente na definição de sua escala de valores e sua inserção social.

Segundo Freire (2005) enquanto o conceito de aprendizagem relaciona-se como sendo uma ação intencional entre o educando e o educador deve-se haver uma relação dialógica entre o professor e o aluno para que estabeleçam uma parceria de estudo. Tornando-se fundamental para o crescimento dos dois indivíduos ao invés de ter um ensino bancário e solitário para um processo de aprendizagem coletivo, onde professor e aluno aprendem juntos.

Nesse contexto muitos alunos apresentam dificuldades de aprendizagem que podem estar ligadas ao pensar, sentir e agir pois quando acontecem rupturas ou inibições neste processo implicam em dificuldades. Como consequência tem-se o baixo rendimento escolar e o atraso escolar (LOUREIRO, 2008).

O terapeuta ocupacional no campo da educação tem como foco a inclusão e integração de crianças ao ensino regular e segue os pressupostos da terapia ocupacional social. A terapia ocupacional social, de acordo com Roseli Esquerdo, busca a garantia do direito à cidadania e a equidade dos direitos humanos para os menos favorecidos, através da mediação das relações da população, da intervenção na comunidade, conhecendo a realidade do território, e de atividades que busquem ampliar as redes sociais dessas pessoas. Essa atuação da terapia ocupacional tem forte ligação com a educação, com a sociologia, com a antropologia e com a política.

Diante dessa problemática o estudo se propõe a descrever a percepção dos professores sobre as histórias de vida dos alunos e suas implicações na aprendizagem sob o olhar do terapeuta ocupacional.

OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo descrever a percepção dos professores sobre as histórias de vida dos alunos e como essas histórias de vida causam implicações e interferências na aprendizagem.

METODOLOGIA

O estudo é parte integrante do projeto “*Escola Promotora de Saúde - um espaço de atuação do terapeuta ocupacional*”, enquanto o artigo detalha um recorte do subprojeto em andamento intitulado “*História de vida na mediação de estratégias de ensino e aprendizagem direcionadas a criança em situação de vulnerabilidade social*”. Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratório-descritiva, com pretensão de descrever o fenômeno e realizar análises empíricas e teóricas (MINAYO, 2010).

Adotou-se a abordagem qualitativa, preocupou-se com aspectos subjetivos, um nível de realidade que não pode ser quantificada (MINAYO, 2010).

O cenário da pesquisa foi uma escola pública, na periferia do município de Fortaleza. Participaram do estudo 3 professores e 1 coordenador do ensino fundamental de uma escola pública, na periferia do município de Fortaleza.

As informações foram coletadas mediante a entrevista semiestruturada (MINAYO, 2010), registradas em meio digital e submetidas à análise temática (MINAYO, 2010). As histórias de vida surgem no cotidiano escolar, relacionando-se ao comportamento do aluno e o desempenho escolar.

A pesquisa iniciou após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer nº 074/2009 e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Adotou-se os princípios éticos preconizados pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Não houve nenhum dano associado com agravo imediato ou tardio, ao indivíduo, à instituição, ou à coletividade, com nexos causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os professores entrevistados trabalham em uma escola da rede pública de ensino no bairro Jangurussu, no município de Fortaleza no Estado do Ceará, e ensinam entre o 2º e 7º ano a pergunta norteadora: “Você procura conhecer a história de vida dos seus alunos?”.

Fatos marcantes nas histórias de vida dos alunos

Sabe-se que heterogeneidade das crianças e as histórias de vida, os recursos culturais familiares influenciam o desenvolvimento infantil e a aprendizagem mutuamente. Conforme é evidenciada nas falas:

“Muitos dos membros das famílias das crianças estão envolvidas no tráfico de drogas e as crianças absorvem isso.” P.1

“Os alunos trazem isso pra sala de aula “ai professor tô triste porque meu tio levou um tiro ontem” P.1

“Quando o aluno é muito indisciplinado e vamos atrás tem sempre uma história complicada por trás quando vamos ver a mãe é ex presidiária o pai é violento” P.2

As falas retratam o cenário e as vivências das crianças e a necessidade de considerar que a educação envolve, além da aprendizagem de atividades rotineiras e estritamente pedagógicas, uma formação humana mais ampla por meio do aprimoramento das capacidades físicas, intelectuais, ético-morais, afetivas, dentre outras formas em que o desenvolvimento harmonize-se também com uma boa formação cívica e política (RONZANI, 2014).

Nesta perspectiva o terapeuta ocupacional atua no campo social como mediador partindo do princípio de que é necessário que haja o reconhecimento do outro como sujeito autônomo, como ideia fundamental e princípio norteador, vendo-o como interlocutor do processo que se promove fazendo-o confronto com as realidades sociais.

A intervenção no âmbito social prevê uma atuação embasada em saberes plurais e em ações voltadas ao coletivo, à cultura específica do local e da vida cotidiana da comunidade em questão, utilizando-se da história de vida como mediadora das relações e como principal instrumento da intervenção (MALFITANO, 2013).

Assinalamos, [...], a potencialidade do terapeuta ocupacional no que tange aos acompanhamentos individuais e territoriais, na direção da criação de estratégias para facilitar a aproximação dos indivíduos em grupos populacionais para os quais se volta, a capacidade para a leitura conjunta das necessidades apresentadas, a direção de sua responsabilidade ética e técnica no articular redes sociais, comunitário-familiares e de serviços e órgãos públicos, e o reconhecimento das limitações decorrentes da própria ação, principalmente quando o outro nos demonstra, por diferentes caminhos, o esgotamento da intervenção (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011, p.237).

Na perspectiva de Casemiro, Fonseca e Secco (2014); Czeresnia (2003); Figueiredo, Machado e Abreu (2010), a fim de agir conjuntamente o terapeuta ocupacional poderá contribuir no projeto educacional com ações em promoção e prevenção da saúde onde os alunos tenham oportunidades de melhoria do conhecimento e de desenvolvimento de habilidades que os capacitem a exercer um maior controle sobre suas vidas, de modo que possam avaliar as informações, tomar decisões que gerem, ao mesmo tempo, benefícios para suas próprias vidas e para a melhoria da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com o estudo permitiu que as histórias de vida dos alunos tem influência direta sobre a aprendizagem, sendo instrumento importante a ser trabalhada na sala de aula. Outra percepção relevante foi que em sua maioria das vezes o professor não consegue ter a percepção de como trabalhar a história de vida dos alunos o que se mostra importante a participação do Terapeuta Ocupacional como mediador propondo estratégias ao professor.

Considera-se que é fator indispensável a compreensão das histórias de vida das crianças a fim de sensibilizar educadores na construção de estratégias de ensino e aprendizagem estabelecendo a relação com educandos, educadores, família pautadas em ações de promoção da vida escolar.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violências nas escolas*. Brasília: Unesco, 2002.

BRASIL. [Resolução Nº 466 - Conselho Nacional de Saúde](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf). Disponível em: <conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

BRASIL. *Por uma cultura da paz a promoção da saúde e a prevenção da violência*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B.; SECCO, F. V. Promover saúde na escola: relexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, p.829-840, 2014.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). *Promoção da Saúde: conceitos, relexões e tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 39-53.

FIGUEIREDO, T. A.; MACHADO, V. L.; ABREU, M. M. A saúde na escola: um breve resgate histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 2, p.397-402, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. *Psicologia e Sociedade*, RS, v. 20, n. 2, p.192-199, jan., 2008.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento individual e articulação de recursos em terapia ocupacional social: compartilhando uma experiência. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 2, p.233-238, 2011.

LOUREIRO, S. R. Aprendizagem escolar: avaliação de aspectos afetivos. In: FUNAYAMA, C. A. R. (Org.). *Problemas de aprendizagem: enfoque multidisciplinar*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Alínea. 2008. p.65-75.

MALFITANO, A. P. S. Terapia ocupacional e atuação em contextos de vulnerabilidade social: distinções e proximidades entre a área social e o campo de atuação básica em saúde. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 21, n. 3, p.564-574, jul., 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RONZANI, T. M. A (Org.). *Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar*. Juiz de Fora: Ufjf, 2014.

JUVENTUDE, HIP-HOP E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA CRIATIVIDADE

CARLA REGINA SILVA, DÉBORA ISABELE DE VASCONCELOS TEIXEIRA

Universidade Federal de São Carlos-São Carlos-SP

INTRODUÇÃO

No Brasil, a juventude está compreendida numa faixa etária entre os 15 e os 29 anos. Essa população, no início dos anos de 1990, era de 41 milhões e, em 2010, passou para 43 milhões, o que corresponde a 26,8%^[3] do total de brasileiros. De acordo com a pirâmide etária populacional, a projeção para 2015 é um contingente de 51 milhões de jovens, compreendidos em tal faixa etária que corresponderia a 25,13% da população brasileira. (IBGE/Censo, 2000 e IBGE/Censo, 2010). O conceito de juventude, apesar de polissêmico, constituiu-se a partir da visão sociológica sobre este grupo populacional. De acordo com León (2004) este conceito corresponde a uma construção social, histórica, cultural e relacional; que vem se modificando e adquirindo concepções diferentes de acordo com os processos históricos, sociais e culturais.

Para a juventude, sobretudo de grupos populares, as atividades centrais na composição e estruturação de suas trajetórias se definem pelo estudo e pelo trabalho (SILVA, 2012a). Este grupo apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Decorre que essa inserção, quando se dá, é marcada pela precariedade, com elevadas taxas de desemprego e de informalidade e baixos níveis de rendimentos e de proteção social (SILVA, 2012b). A população jovem pobre é a mais vulnerável e apresenta maior desvantagem, afinal possui menos experiência profissional, pouca qualificação, baixa escolarização, menores índices de estabilidade e de oportunidades, funções menos prestigiadas e menos remuneradas, absorção informal, irregularidade de funções ou do trabalho, num ciclo contínuo de exclusão e inserção precária no mundo do trabalho (SILVA, 2012a). Em contraposição, temos que o mercado global de bens e serviços oriundos da economia criativa tem experimentado, nos últimos anos, um crescimento sem precedentes, considerada como uma potencial alavanca para o desenvolvimento de muitas nações, sendo que mais de 60 países já realizam procedimentos sistemáticos de mapeamento do seu setor criativo (MELEIRO; FONSECA, 2012).

Almeida e Pais (2012) apresentam como a criação e a criatividade no mundo contemporâneo estão sendo exploradas e ao mesmo tempo configuram os processos de profissionalização dos jovens, desta forma, afirmam sobre as práticas profissionalizantes que regulam a criatividade e a produtividade. Sendo assim, a autora incentiva os mecanismos subjetivos que estariam em jogo nos processos de “criativização da profissão” (movimento que estaria fazendo passar o valor da criatividade, mais habitualmente atrelado ao mundo das artes, ao espaço da empresa) e de “profissionalização da criatividade” (movimento que estaria, cada vez mais,

conferindo à criação artística uma envergadura profissional, afetada pelo funcionamento competente, assertivo e “responsável”, característico dos modelos empresariais).

Para Dayrell (2002), o mundo da cultura é um espaço que pode demarcar uma identidade juvenil, longe do olhar da geração anterior, assim, os jovens podem assumir um papel de protagonistas e construir um determinado olhar sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. O movimento do *hip-hop*^[4] apresenta-se de forma plural e complexa, segundo Andrade (1999, p. 86) “ele foi criado e continua com o mesmo propósito: canalizar energias que poderiam estar voltadas à criminalidade centralizando-as na produção artística”. Este é composto por quatro elementos que se complementam em sua forma de expressão e objetivo. Desse modo, essa cultura de rua, que trava suas próprias batalhas não só entre seus integrantes para eleger o melhor, mas também com a sociedade e tudo aquilo que os oprime, tornou-se um meio de expressar e se posicionar.

Pardue (2006) defende que o *hip-hop* tem um papel fundamental, como ampliador das convencionais noções de cidadania e que os “*hip-hoppers*” são educadores que atuam com questões como gênero, raça e facetas da marginalidade. Assim, apresentamos resultados relevantes de uma iniciação científica que pretendeu averiguar se por meio do hip-hop, jovens podem ser inseridos no mercado de trabalho e ganhar visibilidade aglutinada a uma rede de suporte social. O projeto corroborou com as discussões em Terapia Ocupacional Social, que promove um espaço para reflexões das possibilidades e limites da atuação na atenção a grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte, exigindo perfil profissional aberto às necessidades do outro, que se contextualiza e está em permanente relação com um meio que o produz e é produzido por ele, no qual o terapeuta ocupacional também participa e intervém (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

OBJETIVO

Apresentar os objetivos centrais da pesquisa, que embasa este texto, que visou: i) compreender as possibilidades e os desafios dos processos de profissionalização e geração de renda da juventude em atividades artísticas culturais, em específico, o hip hop e os elementos que o compõe; ii) mapear e conhecer as particularidades e impacto social por meio da tessitura da história de ações, relacionadas ao hip hop, ofertadas ou protagonizadas por jovens, ou grupos autônomos de hip hop e iii) analisar em que medida a realização de atividades relacionadas ao hip hop e/ou a participação de coletivos de hip hop podem promover o suporte social e a geração de renda dos jovens participantes.

MÉTODO

A pesquisa foi de cunho exploratório, realizada no município de São Carlos-SP. Para tanto, foram previstas etapas de execução para a efetivação dos objetivos estabelecidos:

1) Planejamento e Mapeamento: foram levantados e mapeados todos os equipamentos, serviços, programas, projetos que realizem e/ou ofereçam atividades relacionadas ao *hip hop* e os elementos que o compõem, com a participação de jovens, ou ainda, determinados grupos ligados ao movimento do *hip hop* ou de qualquer vertente dele, compostos ou protagonizados por jovens;

2) Pesquisa de Campo: após o mapeamento de todas as ações e todos os grupos vinculados às atividades do *hip hop* e seus elementos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas dos coordenadores ou protagonistas, identificados pelo próprio grupo. Para compreensão ampliada do campo foram acompanhadas atividades abertas ao público como eventos e oficinas relacionados ao *hip hop*, para os registros foi utilizado cadernos de campo.

3) Sistematização e Análise: todas as entrevistas foram transcritas e analisadas de acordo com os dados: história do grupo, identificação das atividades realizadas, do potencial para a profissionalização de arte e da cultura dos jovens participantes, perspectiva de geração de renda, desafios e possibilidades encontradas, entre outros. Foram identificados 18 grupos relacionados ao *hip hop* e a partir das entrevistas foi possível encontrar o desejo de profissionalização da arte em 15 grupos. Ressalta-se que todos os procedimentos éticos foram respeitados e os informantes que colaboraram com a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos, com aprovação do parecer consubstanciado N° 426.473, todos autorizaram suas participações anuindo os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Os jovens mapeados, envolvidos com o movimento *hip hop* e que possuem um grupo, ou uma iniciativa artística em um dos elementos, estão compreendidos na faixa etária dos 21 aos 29 anos (média 22 anos), faixa essa onde se espera maior produtividade e inserção no mercado de trabalho. Muitos desses jovens conseguem desenvolver seus fazeres artísticos porque estão engajados em trabalhos informais para poderem se financiar. Em relação a profissionalização do fazer artístico, as maiores dificuldades apresentadas pelos grupos foram: i) dificuldade de articulação com o poder público; ii) conseguir financiamento e recursos financeiros para manter e até para profissionalizar o grupo; iii) ausência de retorno dos editais quando não aprovados; iv) falta de um local para ensaios e convivência do(s) grupo(s) e v) a profissão de artista ser desvalorizada de forma geral, no Brasil.

Analisando formas de sanar as dificuldades que os grupos passam, eles apresentam que são necessárias quatro ações concretas: ações que favoreçam uma maior organização do próprio grupo; divulgações adequadas que proporcionem reconhecimento do trabalho; maior fomento do poder público em relação às políticas culturais e que esse se mostre mais aberto para a escuta e o diálogo com os

profissionais; possibilidade de financiamento também relacionado ao setor privado e maior reconhecimento social desta arte.

Ressalta-se que a desigualdade socioeconômica reflete as dificuldades encontradas pelos grupos e artistas mapeados, já que interfere de forma peculiar, pois este grupo vivencia um processo sociocultural pelo qual deve buscar sua independência econômica. Klein, Silva e Da Mata (2011) afirmam que especificamente na sociedade capitalista, as desigualdades se expandem graças ao desfavorecimento ao acesso de certos bens culturais para uma parte da população, gerado pelas condições do processo produtivo do sistema capitalista.

O trabalho se constitui de forma complexa e dual, pois ao mesmo tempo em que por ele o homem subjetiva-se, é por meio dele que esse se aliena, corroborado pela meritocracia da sociedade. Levando tal construção em conta parece que a profissionalização da criatividade visa, inerentemente, propor elevar em nível intelectual um fazer tido por ofício, e que dessa forma esse fazer precisa, segundo uma visão funcionalista, conter um corpo de conhecimento e práticas específicas. Ressalta-se que mesmo com a intensa especialização exigida dos profissionais atualmente para que pelo menos este consiga competir no mercado, esta não significa uma garantia de inserção com qualidade, o que desmotiva muitos dos jovens que desejam viver da sua arte e não do que o mercado entende por arte.

Segundo Ostrower (2013) o homem além de *homo faber*, é ser fazedor, de forma que ele não cria só porque gosta ou quer, mas porque precisa. Por conseguinte, podemos pensar no processo criativo como próprio da subjetividade e de critérios que já foram elaborados pelo indivíduo anteriormente através de escolhas e alternativas, de forma intuitiva. Trabalhar com arte e cultura e pensar a profissionalização por meio destas é ampliar as possibilidades e pode proporcionar formas de enfrentamento, na busca de rompimento dessa lógica e do trabalho como o agenciador de suas próprias habilidades singulares, adquiridas de suas próprias experiências e relação com o mundo (ALMEIDA; PAIS, 2012).

A relação se estabelece em promover melhores condições de trabalho e de produção da criatividade, inclusive para além dos critérios formais de ensino e oficialização da especialização, considerando o saber fazer que é passado entre os jovens de periferia como saber notório, à exemplo do movimento hip hop.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *hip-hop*, enquanto cultura de rua/movimento social irá influenciar e ser influenciado pelo jovem, ditando comportamentos, proporcionando momentos expressão e um espaço seguro, ou grupo de identificação. A profissionalização pode parecer algo bem distante e utópico devido às dificuldades que terão de ser enfrentadas entre a própria “família” (em referência aos integrantes ativos deste), e com a entrada no mercado a conquista de um público sem a deturpação de valores e ideias individuais e do movimento. No entanto, é possível investigar como ela acontece e o que poderia ser feito para que ocorra com maior frequência para os jovens que assim desejassem assim,

torna-se relevante essa perspectiva. Portanto, pretende-se averiguar a veracidade dos pressupostos de que por meio do hip-hop, jovens podem apoderar-se do seu espaço no mercado de trabalho e ganhar dessa forma visibilidade aglutinada a uma rede de suporte social. Além de compor e contribuir dessa forma também com as discussões em Terapia Ocupacional Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. M.; PAIS, J. M. **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012. 294p.

ANDRADE, E. N. **Rap e educação, rap é educação**. Editora Selo Negro, São Paulo, 1999. 176p.

ANDRÉ, M. E. D. A., **Etnografia da prática escolar**. - Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Série prática Pedagógica).130p.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G. e LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**. São Paulo. v.13, n.2, p.95 - 103, 2002.

BRASIL, **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações**, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

CORROCHANO, C; et al. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. 1 ed. São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008. 88 p.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de População e Indicadores Sociais. **Indicadores sociais municipais: Uma análise do universo do censo demográfico 2010**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: março 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Primeiros resultados Censo 2010**. 29 de novembro de 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n.º 24**. Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, Revisão 2008. 29 de novembro de 2010. Disponível

em: www.ibge.gov.br/censo2010.

KLEIN, L. R.; SILVA, G. L. R. da; DA MATA, V. A. **Alienação ou exclusão:** refletindo o processo de inclusão na educação de jovens e adultos. IN: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; TULESKI, Silvana Calvo. **Exclusão e inclusão: falsas dicotomias**, Maringá: EDUEM, 2011.

LEÓN, O. D. **Adolescencia y Juventude: De Las Nociones a Los Abordajes. Última Década** N°21, CIDPA Valparaíso, diciembre 2004, PP. 83-104.

MELEIRO, A. FONSECA, F. **Economia criativa: uma visão global. Latitude**, vol. 6, n°2, pp.241-265, 2012.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global employment trends for youth**. August 2010: special issue on the impact of the global economic crisis on youth / International Labour Office. - Geneva: ILO, 2010, 1 v., 86p. Disponível em: <http://www.oit.org.br/topic/employment/news/news_184.php>. Acesso em: out. de 2012.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2013, 186p.

PAIS, J. M. **Jovens e cidadania. Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 49, 2005, pp. 53-70.

PARDUE, D. **Hip Hop as Pedagogy: A Look into “Heaven” and “Soul” in São Paulo, Brazil**. Washington University, St. Louis/Anthropological Quarterly, September 2007, 80 (3), pg. 673-709.

SILVA, C. R. **Percursos juvenis e trajetórias escolares: vidas que se tecem nas periferias das cidades**. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012a.

SILVA, G. L. **Contradição entre trabalho e educação na sociedade capitalista: desnaturalização da precária formação escolar de jovens e adultos trabalhadores. Revista Dialectus**, Fortaleza, v. 1 n. 1, p.121-134, jul./dez. 2012b.

SIQUEIRA, C. T. **Construção de saberes, criação de fazeres: educação de jovens no hip hop de São Carlos**. Dissertação de

[3] Esse percentual concentra distintas faixas etárias: 15 e 19 anos (8,9%), 20 e 24 anos (9%) e 25 e 29 anos (8,9%).

[4] Tradução: O *Hip Hop* é uma forma de prática de cultura que consiste não somente nos quatro elementos (mencionados acima), mas também em um padrão psicossocial de atitudes, autoconfiança, dedicação à mudança e valorização da informação. Portanto, o *Hip Hop* existe como um instrumento pedagógico utilizável ou um “mundo” capaz de envolver e promover o engajamento da juventude, particularmente daqueles que vêm da periferia.

UMA TERAPÊUTICA OCUPACIONAL - A CONSTRUÇÃO DO PROJETO TOCCA: TERAPIA OCUPACIONAL, CORPO, CULTURA E AS ARTES

ANDREA DO AMPARO CAROTTA DE ANGELI

Universidade Federal de Santa Maria-RS

INTRODUÇÃO

O TOCCA nasceu em setembro de 2010 como um projeto de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Terapia Ocupacional do Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde – UFSM. Tem buscado constituir ações em terapia ocupacional no encontro com populações heterogêneas que transversalizem Corpo, Cultura e Arte no desenvolvimento de procedimentos/dispositivos transdisciplinares de cuidado que visam à produção de vida. Neste sentido, a produção de práticas e de saberes em uma perspectiva intersetorial e transdisciplinar na atenção a públicos diversos, buscando a investigação de metodologias de ação na interface com as artes que acompanhem os complexos movimentos da vida dos sujeitos, que fomentem a construção de redes cooperativas nas trocas materiais e afetivas, a construção de acesso aos bens de direito e ao exercício pleno da cidadania.

Este trabalho apresenta as reflexões possíveis decorrentes dos primeiros quatro anos do TOCCA, onde nos voltamos a compreender as necessidades sociais de sujeitos em situação de vulnerabilidade e/ou isolamento social na região leste de Santa Maria por meio da parceria com alguns equipamentos da rede leste, dentre eles, a Unidade de Proteção Integral da Casa de Caridade Fernando do Ó, a Associação de Moradores do Loteamento da Estação dos Ventos, Centro de Referência em Assistência Social – Leste, com algumas escolas municipais e estaduais que foram referidas pelos sujeitos acompanhados pelo projeto. E, ainda, da inserção no Conselho de Assistência Social e aproximação com equipamentos e serviços de saúde e ações em cultura e promoção social da região.

Destes encontros resultaram ações efetivas na forma de grupos de convivência e oficinas culturais (contação de histórias, expressão corporal, jogos teatrais), acompanhamentos individuais em terapia ocupacional, levantamento de dispositivos sociais para constituição de rede de suporte social e, ainda, acompanhamento de famílias. A equipe do TOCCA buscou circular pelos diferentes serviços e estabelecer relações com diversos profissionais na direção de práticas singulares que ampliassem as possibilidades de vida dos sujeitos. (Angeli, 2014).

Nos trajetos do TOCCA, notamos um movimento de composição permanente, algo que já perscrutamos pela presença dos estudantes a cada começo de semestre e certa narrativa que precisa ser feita, mas também, pelos deslocamentos que foram feitos ao longo destes anos de trabalho. Habitamos muitos formatos, muitos lugares de trabalho materiais (instituições, ruas, espaços dos bairros onde estivemos) e imateriais (concepções de social, de comunidade, de terapia ocupacional, de atividade e de pausa,

dentre outros) e suas agitações iminentes. A cada vez, um desenho, um procedimento pensado a partir do contato com a população e suas necessidades de vida. Na expressão TOCCA ganharam consistência as formulações de novos modos de agir, de cuidar, de pensar, e se abriram a novos encontros, novas invenções.

No desenho do trajeto do projeto observamos certo nomadismo, facilitado em parte pela composição de seu grupo de trabalho e suas migrações iminentes, pela chegada e saída constante de estudantes, pelas necessidades acadêmicas de escritas de projetos, análises, avaliações constantes que caracterizam um projeto de extensão. E, ainda, pelas vírgulas que compõem seu nome. Perguntamo-nos o quanto de potência haveria neste movimento, observamos os riscos no enaltecimento desta fluidez. Mas se de um lado a flexibilidade enuncia os jogos de força do contemporâneo, de outro aparece seu dizível, que apostamos morar nas vírgulas. Tratamos, aqui, de afirmar uma expressão cujo procedimento inventa os caminhos de fazer na medida mesma que os traça, abrindo-se para o novo. Neste sentido, foi que na história do projeto desertamos a fazer parte da “comunidade dos trabalhadores sociais”, e optamos por permanecermos andarilhos entre o campo social, o campo da saúde e da cultura. Estratégia nômade facilitada por ser um projeto também de ensino e pesquisa, em um lugar institucional ainda em constituição – o curso na UFSM - cujas durezas puderam ainda, não se fixar em procedimentos padrão e normas variadas e, sim, se deixar contaminar pelas flexibilidades que se abrem desta precariedade com que se lida cotidianamente. Interessante movimento que parece oferecer espaços para as vírgulas sem ponto final, para um “e” incessante que instiga à criação de novos de modos de estar junto, de ensinar e cuidar.

OBJETIVOS

Busca-se apresentar um recorte do TOCCA, por meio de cartografia que desenha as diferentes experimentações que se fizeram e se fazem no desenho deste projeto.

METODOLOGIA

Por meio da cartografia traçou-se o plano de composição do projeto TOCCA analisando as linhas de forças das políticas sociais contemporâneas e suas relações com a produção de subjetividades cercadas pelos signos da vulnerabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No trabalho cotidiano com os sujeitos atendidos pelo projeto, o encontro com situações de pobreza e de miséria, com territórios abandonados, com ratos, baratas, piolhos, bichos de pé dividindo os corpos, diferentes sentimentos, pensamentos, afectos tomam o corpo-terapeuta. Foi o trabalho cartográfico que nos colocou em contato com

os jogos de força que atravessam o projeto, nos auxiliando a dar a ver e a dizê-los e com isso problematizar as linhas, inventar saídas para as durezas e aprisionamentos.

Concordamos com Machado e Lavrador (2009) ao dizerem que *O sofrimento é da ordem do desejo. Não se trata de carência e nem de excesso. Sofre-se porque se vive e viver nos convoca à ampliação das formas postas ao nos defrontarmos com imprevisibilidades nas nossas relações no mundo. Sofre-se porque se experimenta uma perturbação que nos convoca à atividade. Contudo essa atividade diz respeito a um movimento que não distingue andar ou estar parado. Pode-se estar sentado e, entretanto, estar em meio a um turbilhão de processos em curso. Sofrer é experimentar algo diferente que perturba que incomoda porque convoca uma resignificação relacional, que nos faz sair de um 'ensimesmamento', de uma clausura das verdades postas.* (p.516)

No segundo ano de trabalho do TOCCA executávamos uma oficina de contação de histórias, três grupos de convivência voltados às crianças, a busca ativa junto ao CRAS e idas às reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social. Deste período, chama-nos a atenção o encontro com os “supranumerários^[1]” e com modos de subjetivar-limites para nós. Habitamos uma espécie, de dia nublado, um meio entre o dia e a noite, a morte e a vida. Perambulamos, encontramos-nos com a figura extrema de Agamben (retirada dos testemunhos de Primo Levi), a do mulçumano.^[2] Não aquele personagem dos campos de concentração, mas, como na proposta do filósofo, a figura que compõe parte dos processos de subjetivação contemporânea, que atravessa a todos nós. Sentimo-nos assustados, culpados, responsabilizados pela produção de mundos em que fosse possível atualizar tamanha violência. Estávamos tomados pelas figuras do holocausto quase as mimetizando no contemporâneo, numa adesão um tanto exagerada e, em parte, equivocada das análises de Agamben.^[3] O que, a nosso ver, reverbera parte do sintoma contemporâneo que efetuávamos no projeto. Uma vontade de nada. Um sintoma que aparece nos modos de expressão do projeto. “Não acreditando mais no possível, perdemos o gosto e a vontade de realizá-lo: eis nosso cansaço e nosso tédio.

Mas se perdemos a fé, é porque nossos esquemas sensório-motores nos aparecem, agora, como são – como clichês.” (Zourabichvili, 2000, p.349). Neste período o projeto sofrera alterações na composição de seus dispositivos e iniciamos uma ação juntamente com a equipe do CRAS da região em que atuávamos.

Estávamos movidos pela necessidade de conhecer os lugares de vida das pessoas que já acompanhávamos e acreditávamos, naquele momento, com isso, ter elementos para “deciframos” algumas situações, histórias, dificuldades e/ou facilidades que observávamos nos atendimentos da oficina e grupos de convivência. Neste tempo, seguíamos a equipe de assistentes sociais nas buscas ativas.

Corremos o risco de homogeneizar a população sobre o nome de “excluídos”, “vulneráveis”, “desempregados”, dentre outros, e de agir com base nestes termos, e tangenciamos, ocupamos e desocupamos este lugar molar, muitas vezes. O que nos auxiliava a manter um olhar mais atento a alguma variação, era a elaboração do trabalho de pesquisa e já a concordância com uma posição crítica dentro da terapia ocupacional,

que buscava compreender os sentidos e significados que os sujeitos e os grupos sociais atribuíam à sua condição de vida e atividades diversas. Tínhamos algumas pistas que nos levavam às singularidades. Ainda assim, estávamos no campo das identidades múltiplas, dos binômios eu-outro, eu-coletivo, e de certa maneira, do controle[4]. Já que pairava sobre nós referências a modelos de subjetivação hegemônicos, assim como, a construção de dispositivos de cuidado que tendiam mais ao controle do que dar a ver e dizer àquilo que lhe escapava.

Acontece que quando falamos em terapêuticas ocupacionais, estamos dizendo de um emaranhado de linhas de um campo problemático que lida com o “fazer humano”, com o modo como as pessoas conduzem, comunicam, agem, significam, sentem, produzem a vida, tomada aqui em sua esfera prática do cotidiano. E, de muitos modos de conceber estes elementos em jogo. Ainda, aqui, a tensão que aparece é comum a outras esferas das ciências humanas, na perspectiva que adotamos, a saber, se fixar em uma produção de verdade, em um cientificismo que procura anular as forças caóticas, ou acolhê-las como parte daquilo que enuncia verdades a cada vez e as faz deslocar.

Cabe destacar que não é questão deste estudo se voltar a analisar ou combater modos de fazer terapia ocupacional, muito menos, buscar qualquer totalização, construção de modelo, etc. Algumas vezes, fazemos menção a modos de agir e de pensar em terapia ocupacional, seguindo pistas de seus enunciados e visibilidades, buscando inflexões para este estudo. O que se dispõe é desertar a verdade única em favor da afirmação da variação de modos que alimentem a clínica, afirme a vida, a prática social a cada vez. Sair da tristeza e do cansaço. [5]

Encontramo-nos em nosso cotidiano de trabalho no TOCCA com o desafio de, a cada vez, construirmos modos de agir e de cuidar que fortaleçam os processos de produção da vida. Deleuze (1968), em sua leitura de Espinoza, nos apresenta os três gêneros do conhecimento desenvolvidos por este filósofo como também sendo “maneiras de viver, modos de existência” (p.267). Neste sentido, quando tratamos de produção de vida, nos referimos a um esforço “para termos proporcionalmente mais paixões alegres que tristezas, mais alegrias ativas do segundo gênero que paixões, e o maior número possível de alegrias do terceiro gênero.” (Deleuze, 1968, p.289). Esta leitura tem nos auxiliado a pensar na perspectiva ética da feitura de nosso trabalho, nos encontros vividos, onde a ação – expressa no corpo, nas atividades e nos dizeres de alguém – produz o ente ao mesmo tempo em que complica a Natureza inteira.

Nas palavras de Orlandi (2008) em um texto em que estuda estes autores, talvez consigamos um pouco mais de acesso a este pensamento, *A variação contínua, isto é, a variação da nossa “força de existir” ou da nossa “potência de agir”, é variação da própria trajetória da vida. E essa trajetória não é homogênea. Isto quer dizer que o estofa da variação contínua é feito de encontros, de encontros mil, com o alimento, com os ares saudáveis, com a poluição, com entes amáveis e odiáveis etc. Em função de encontros extensivos e intensivos, encontros que se misturam nessa variação contínua, é que Deleuze procura ver o aparecimento de “uma pequena alegria”. Quando uma alegria, mesmo pequena, irrompe nessa variação, ela opera no sentido de “nos*

precipitar num mundo de ideias concretas” em luta contra os “afectos tristes”. (p.5).

Se de um lado estão as expressões tornadas atos, pessoas, objetos, sentidos, de outro, estão as agitações das formas, seu fora mesmo, o caos da vida que não se resume a este ou aquele nome disso ou aquilo, mas à sua própria condição de invenção. E, é em meio a estes cruzamentos de linhas de segmentação e de criação é que poderíamos encontrar saídas para as durezas e, alguns modos de concretizar algumas levezas nos dispositivos de atenção. A questão que retorna, no entanto, é o que pode o dispositivo, o corpo terapeuta, o projeto TOCCA a cada encontro?

Nas palavras de Deleuze (2005), leitor de Foucault, a questão não é procurar pelo que estaria oculto nos enunciados de cada época, ou mesmo por trás das coisas, mas ao contrário, se perguntar pelos regimes de forças que favorecem esta enunciação e que constituem condições de possibilidades que fazem ver algo.^[6] Tentamos cartografar as condições que favorecem nossa adesão rápida a nomes-etiquetas para a identificação dos sujeitos a serem cuidados, certa compaixão, piedade até, que se engendra com estes, e que nos fazem combatentes movidos pelo ódio àqueles que excluem, nos lançando em paixões tristes e em sensações de impotência, em uma vontade de nada.^[7] Estivemos cansados, nada avançava, e nos parece que estas sensações compõem certa paisagem do projeto, mas também, ressoam problemáticas da contemporaneidade e seus liames biopolíticos.

O encontro com o pensamento de Foucault e com a leitura de Deleuze acerca de sua obra, permitiu novos e potentes deslocamentos, complexificações acerca dos termos em jogo, a saber, *o social e a vulnerabilidade, comunidade, a clinica (uma terapêutica ocupacional)*. Tal encontro fora disparado pela necessidade em compreendermos os jogos de força que se operam no contemporâneo sob o nome de biopolíticos e seus atravessamentos no TOCCA, levando em consideração que não são poucos os estudiosos (Agamben; Hardt; Negri; Deleuze; Foucault, Pelbart, dentre outros) que vêm se detendo a observar as variações de suas estratégias e os focos de resistências possíveis. Em nosso estudo, atravessamos a biopolítica por vizinhança a alguns destes estudiosos, especialmente, Foucault e Deleuze.

^[1] Referência ao modo como Castel (2010) define criticamente os sujeitos que na passagem da sociedade moderna para a contemporânea começam a ocupar o lugar dos desfiliaados. Para o autor, “os “supranumerários” nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. **São *supérfluos***. Também é difícil ver como poderiam representar uma força de pressão, um potencial de luta, se não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social. Assim, inauguram sem dúvida uma problemática teórica e prática nova. Se, no sentido próprio do termo, não são mais atores porque não fazem nada de socialmente útil, **como poderiam existir** socialmente? No sentido, é claro, de que existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade. Porque, ao mesmo tempo, eles

estão bem presentes – e isso é o problema, pois são numerosos demais”. (Castel, 2010, p.33)

[2] Entendo-o, aqui, como um personagem conceitual de Giorgio Agamben, retirado de sua relação direta com o campo empírico, carrega traços de uma vida humana – inumana, da vida nua tornada o investimento maior do biopoder. A violência que curva o corpo e impõe uma sobrevida, já que é no próprio processo de produção da vida que incidem as estratégias de controle da biopolítica contemporânea.

[3] Pelbart (2013) aponta um cuidado necessário e uma desconfiança com a leitura de alguns autores que lhe parecem adotar “uma atitude de demonização do contemporâneo, não raro apoiados em uma indignação ‘politicamente correta’ e em um humanismo duvidoso, para não dizer regressivo (p.17).”

[4] Refiro-me aos diagramas de poder presentes hoje, neste emaranhado biopolítico contemporâneo, que como aponta Deleuze, constitui as sociedades de controle.

[5] “O cansaço faz parte da dialética do trabalho e da produção: descansa-se para se retomar a atividade. O cansaço advém quando realizamos os possíveis que nos habitavam, escolhendo, obedecendo a certos objetivos mais do que outros, realizando certos projetos, seguindo preferências claras.” (Pelbart, 2013, p.39)

[6] “ (...) Falar e ver, ou melhor, os enunciados e as visibilidades, são elementos puros, condições a priori sob as quais todas as ideias se formulam num momento e comportamentos se manifestam.” (Deleuze, 2005, p.68-9).

[7] “tudo o que vemos, dizemos, vivemos, e até mesmo imaginamos e sentimos já está, definitivamente, reconhecido; carrega, por antecipação, a marca da reconhecimento, a forma do já visto e do já ouvido. Uma distância irônica nos separa de nós mesmos, e não mais acreditamos no que nos acontece, porque nada parece poder acontecer: tudo tem, de saída, a forma do que já estava presente, do que já estava totalmente feito, do preexistente.” (Zourabichvili, 2000, p.349)

Considerações Finais: a cartografia deu visibilidade ao exercício singular de uma terapia ocupacional, apontando nas ações os aprisionamentos biopolíticos, dos microfacismos da inclusão e, aquelas ações que se voltavam à afirmação de modos outros de viver, fortalecendo o biopoder. Há movimento nos modos de agir do projeto, há conexões mais potentes e outras menos. Há uma terapêutica ocupacional que segue em trânsito, querendo avizinhar-se, atravessada pelas tensões imanentes deste campo que se tentou cartografar, correndo o risco de querer obrar a vida do outro, a própria terapia ocupacional, o trabalho social. Entende-se a importância de se problematizar constantemente o fazer da terapia ocupacional de modo a pensar acerca dos sentidos e as lógicas que se engendram com ele.

REFERENCIAS

ANGELI, AAC. *TOCCA- Uma terapêutica ocupacional*. 2014.146fls. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

_____. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris, Minuit, 1968. (Tradução não-publicada de Luis Orlandi).

DOMINGUES, L. *À flor da pele*. Porto Alegre: Sulinas/Ed. UFRGS, 2010.

LEVI, P. *Afogados e sobreviventes*. São Paulo: editora Paz e Terra, 2004.

MACHADO, L.; LAVRADOR, M C C. Por uma clínica da expansão da vida. In: *Interface – comunicação, saúde, educação*. v.13, supl.1, p.515-21, 2009.

PELBART, P. *Vida Capital, ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. *O avesso do Nihilismo. Cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

ORLANDI, L. B. Anotações para palestra no IX Simpósio Internacional de Filosofia: Nietzsche/Deleuze: “A inocência do devir / O devir criança do pensamento”, organizado por Daniel Lins, Fortaleza 7-11 de setembro de 2008.

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível. IN: ALLIEZ, E. (ORG) *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: ed. 34, 2000.